



PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE KENNEDY

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Secretaria Municipal de Obras, Serviços Públicos e Habitação

ANEXO I – OBSERVAÇÕES E ESCLARECIMENTOS QUANTO A COMPOSIÇÃO DE CUSTOS E PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

As planilhas de composição de custos tem como objetivo detalhar os componentes de custo que incidem na formação do preço dos objetos (posto de trabalho), onde consta em anexo o detalhamento de cada composição e planilhas com valores zerados (arquivos editáveis) para preenchimento e entrega da mesma, para análise:

O principal item de custo é a remuneração dos empregados que serão alocados na execução da atividade, acrescido dos encargos sociais e trabalhistas que a legislação determina. Somam-se, ainda, os custos dos benefícios mensais e diários concedidos aos trabalhadores, os custos dos insumos diversos, materiais e equipamentos utilizados na execução dos serviços.

Acontece que determinados componentes de custos formadores do preço têm seus valores definidos por lei ou instrumento normativo, de modo que, a rigor, NÃO variam de empresa para empresa (a exemplo do percentual de FGTS). Por outro lado, alguns componentes de custos não permitem a definição do valor exato a ser considerado, pois variam conforme a estratégia negocial e a realidade de cada empresa.

No primeiro caso, quando da elaboração de sua proposta, cabe à empresa adotar, em sua planilha de custos e formação de preços, o exato valor determinado pelo respectivo instrumento (lei, sentença normativa, acordo coletivo, convenção coletiva ou qualquer outro ato que imponha sua obediência de forma obrigatória).

Para os componentes de custos cujos valores não são fixados por instrumento legal, cada empresa terá liberdade para defini-los, conforme sua estratégia negocial, nesse caso a empresa deverá apresentar seu memorial de cálculo justificando os percentuais/ valores praticados, para análise.

Na formação da planilha de custos e formação de preços, devem ser indicados os valores de todos os componentes de custo, de modo que o preço cotado viabilize a execução do contrato, é importante ressaltar que o item “Previsão de Horas Extras – 30 H” não pode ser zerado pela licitante em nenhum momento, bem como Insalubridade e/ou Periculosidade, pois a alteração compromete a execução do contrato, visto que em todo processo licitatório demonstrou-se claramente que a planilha da administração previa tal item.

Estas composições são apenas estimadas, desta forma, para pagamento será necessário a confecção de planilha de medição mensal, atestada pelo FISCAL DO CONTRATO com os valores EFETIVAMENTE utilizados em cada mês, principalmente quanto às horas extraordinárias que caso ocorram deverão seguir regras de cada Convenção Coletiva da respectiva categoria.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE KENNEDY

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Secretaria Municipal de Obras, Serviços Públicos e Habitação

ANEXO II – MEMORIAL DESCRITIVO E DE CÁLCULOS DA COMPOSIÇÃO DE CUSTOS DE MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA

1. INTRODUÇÃO

A planilha de composição de custos referente a contratação de mão de obra mensalista foi elaborada conforme a terceira publicação do Manual de Metodologias e Conceitos do SINAPI. O SINAPI apresenta as metodologias e conceitos gerais utilizados para a construção das suas referências técnicas, bem como detalha aspectos relacionados aos Encargos Sociais e Encargos Sociais Complementares.

O conteúdo do manual SINAPI está disponível exclusivamente na internet, sempre em sua versão mais atual em www.caixa.gov.br/sinapi.

Além do SINAPI, também foi consultado o Estudo sobre a Composição de Custos dos Valores Limites Serviços de Vigilância – Espírito Santo, tal documento apresenta a metodologia utilizada para determinação dos valores limites para a contratação dos serviços de vigilância no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional para cada unidade da federação.

2. ENCARGOS SOCIAIS

Encargos Sociais são os custos incidentes sobre a folha de pagamentos de salários (insumos de mão de obra assalariada) e têm sua origem na CLT, na Constituição Federal de 1988, em leis específicas e nas convenções coletivas de trabalho. Os percentuais para os encargos sociais utilizadas nesta composição de custos tiveram como base o detalhamento de percentuais do SINAPI e do Estudo sobre a Composição de Custos dos Valores Limites Serviços de Vigilância – Espírito Santo

2.1 MEMÓRIA DE CÁLCULO DOS PERCENTUAIS ADOTADO

O modelo utilizado para apropriação dos Encargos Sociais no SINAPI é amplamente descrito na literatura especializada e agrega em seis grupos distintos os elementos que definem a alíquota final incidente:

1. **Grupo A** – Encargos Sociais Básicos, derivados de legislação específica ou de convenção coletiva de trabalho, que concedem benefícios aos empregados, como Previdência Social, Seguro Contra Acidente de Trabalho, Salário Educação e Fundo de Garantia do Tempo de Serviço; ou que instituem fonte fiscal de recolhimento para instituições de caráter público, tais como INCRA, SESI, SENAI e SEBRAE;
2. **Grupo B** – Encargos Sociais que recebem incidência do Grupo A e caracterizam-se por custos advindos da remuneração devida ao trabalhador sem que exista a prestação do serviço correspondente, tais como o repouso semanal remunerado, feriados e 13º salário;
3. **Grupo C** – Encargos Sociais que não recebem incidência do Grupo A, os quais são predominantemente indenizatórios e devidos na ocasião da demissão do trabalhador, como aviso prévio, férias (quando vencidas) e outras indenizações;
4. **Grupo D** – Reincidências de um grupo sobre outro.

Secretaria Municipal de Obras, Serviços Públicos e Habitação (SEMOBH)

Rodovia - ES 162, KM 20, Presidente Kennedy-ES, CEP 29350-000

Parque de Exposições Afonso Costalonga

Telefax: (28) 3535-1350/1393



PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE KENNEDY

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Secretaria Municipal de Obras, Serviços Públicos e Habitação

5. Grupo E – Encargos complementares não especificados anteriormente.

2.1.1 DO ADICIONAL DE PERICULOSIDADE

O Adicional de Periculosidade vem previsto na cláusula décima terceira da CCT:

“CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO ADICIONAL DE PERICULOSIDADE

O percentual do adicional de periculosidade será de 30% (trinta por cento) sobre o valor do salário normativo do empregado, nos termos do artigo 193 da CLT, incluído por força da Lei nº 12.740/2012, publicada em 10.12.12, cuja atividade foi regulamentada pela Portaria nº 1.885/13 do MTE.”

Cálculo do adicional de Periculosidade:

Base de cálculo: Salário base.

Percentual previsto na CCT: de 30%

O valor do adicional: Base de Cálculo x Percentual.

Exemplo: 1.429,69 x 30% = 428,91.

2.1.2 DAS HORAS EXTRAORDINÁRIAS

A CCT prevê o pagamento das horas extras:

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS HORAS EXTRAS

Fica convencionado entre as partes que as horas extras serão remuneradas com o acréscimo do percentual de 60% (sessenta por cento) incidente sobre o valor da hora normal de trabalho. As partes convencionam que a base de cálculo para apuração da hora normal será o salário acrescido de seus consectários legais e também do adicional de periculosidade.

2.1.3 DAS HORAS NOTURNAS

Base de Cálculo: Salário base + Adicional de Periculosidade.

Proporção de Horas Noturnas: Respeitadas as jornadas de trabalho e o disposto no art. 59-A e parágrafo segundo do art. 73, ambos da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, alterada pela Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017.

“Art. 59-A. Em exceção ao disposto no art. 59 desta Consolidação, é facultado às partes, mediante acordo individual escrito, convenção coletiva ou acordo coletivo de trabalho, estabelecer horário de trabalho de doze horas seguidas por trinta e seis horas ininterruptas de descanso, observados ou indenizados os intervalos para repouso e alimentação.

Parágrafo único. A remuneração mensal pactuada pelo horário previsto no caput deste artigo abrange os pagamentos devidos pelo descanso semanal remunerado e pelo descanso em feriados, e serão considerados compensados os feriados e as prorrogações de trabalho noturno, quando houver, de que tratam o art. 70 e o § 5º do art. 73 desta Consolidação.

(...)



PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE KENNEDY

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Secretaria Municipal de Obras, Serviços Públicos e Habitação

Art. 73. Salvo nos casos de revezamento semanal ou quinzenal, o trabalho noturno terá remuneração superior a do diurno e, para esse efeito, sua remuneração terá um acréscimo de 20 % (vinte por cento), pelo menos, sobre a hora diurna.

§ 1º A hora do trabalho noturno será computada como de 52 minutos e 30 segundos.

§ 2º Considera-se noturno, para os efeitos deste artigo, o trabalho executado entre as 22 horas de um dia e as 5 horas do dia seguinte. ”

Desta forma, a proporção de horas noturnas foi calculada em percentual proporcional à jornada integral, dividindo-se o número de horas sobre as quais incide o adicional noturno, sendo esta equivalente 7 horas, pelo número total de horas da jornada de trabalho, 12 horas. Significa que em 7/12 horas, ou seja, em 58,33% da escala de 12 horas, é devido o pagamento de adicional noturno.

Percentual: Previsto na cláusula décima segunda da CCT:

“CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO ADICIONAL NOTURNO

Considera-se noturno, para os efeitos deste instrumento coletivo, o trabalho executado na forma do § 2º, do art. 73, da CLT.

Parágrafo 1º. A hora noturna será remunerada pelo percentual de 40% (quarenta por cento). O valor da hora noturna apura-se pelo salário normativo acrescido dos seus consectários legais e também do adicional de periculosidade.

Parágrafo 2º. Em razão do efetivo benefício propiciado aos empregados pela remuneração do adicional noturno (dobro do previsto no caput, do artigo 73, da CLT), as partes resolvem estabelecer a hora noturna em 60 (sessenta) minutos.

O valor de adicional noturno: Base de Cálculo x Proporção x Percentual.

Exemplo: 1.858,60 x 58,33% x 40% = 433,65.

2.1.4 DESCANSO SEMANAL REMUNERADO – DSR

A Lei 7.415/1985 e a Súmula 172 do TST determinam que as horas extraordinárias habitualmente prestadas devem ser computadas no cálculo do Descanso Semanal Remunerado – DSR.

FORMA DE CÁLCULO: A integração das horas extras no descanso semanal remunerado, calcula-se da seguinte forma:

- Somam-se os valores das horas extras do mês e o valor do adicional noturno quando houver;
- Divide-se o total de horas pelo número de dias úteis do mês;
- Multiplica-se pelo número de domingos e feriados do mês;



PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE KENNEDY

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Secretaria Municipal de Obras, Serviços Públicos e Habitação

Fórmula: $DSR = [(valor\ total\ das\ horas\ extras + valor\ total\ do\ adicional\ noturno\ quando\ houver\ do\ mês) / número\ de\ dias\ úteis] \times domingos\ e\ feriados\ do\ mês$

O sábado é considerado dia útil, exceto se recair em feriado. Foi considerado nessa composição 25 dias úteis e 5 domingos.

O cálculo do DSR informado na composição é apenas uma estimativa, os valores sofrerão alterações conforme a quantidade de horas extras e/ou adicionais noturnos, portanto o fiscal do contrato deverá fazer as devidas conferências para efetuar o pagamento.

2.1.5 DO INTERVALO DE INTRAJORNADA

1º - Calcula-se o custo de um empregado por hora:

Base de cálculo: Salário + Consectários Legais + Adicional de Periculosidade

Divisor de hora: conforme previsão nos parágrafos 1º e 4º da cláusula vigésima nona da CCT:

“CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA - DAS ESCALAS E JORNADAS DE TRABALHO (...)

Parágrafo 4º. Fica estabelecido que a jornada mensal, na escala 12x36, quando o mês for de 31 dias será de 180 horas se o empregado laborar 15 escalas e as horas extras, sem exceção, são aquelas que ultrapassam a jornada mensal de 180 horas trabalhadas e o divisor para apurar o valor da hora normal de trabalho será o 180.”

Custo da hora = Base de cálculo ÷ Divisor de hora (180h)

Necessidade de Reposição (horas): previsto na cláusula trigésima primeira da CCT:

“CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA - DO INTERVALO INTRAJORNADA

Fica estabelecido que em qualquer escala é obrigatória a concessão do intervalo intrajornada, de no mínimo, 60 (sessenta) minutos para repouso e alimentação.”

Sendo assim:

· Jornada 12x36h – 1 hora x 15 dias = 15 horas a repor.

Valor: valor da hora x horas a repor (15h) x 60% (CCT)

Observação importante:

1º - O pagamento da intrajornada (indenização) somente deverá ocorrer, excepcionalmente, quando não for possível a sua concessão ou a concessão for parcial. (§ 4º do art. 71 da CTL).

2.1.5 GRUPO A – ENCARGOS SOCIAIS BÁSICOS

Os Encargos Sociais que compõe o Grupo A têm origem legal e incidem sobre os salários mensais.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE KENNEDY

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Secretaria Municipal de Obras, Serviços Públicos e Habitação

GRUPO A – ENCARGOS SOCIAIS BÁSICOS	
A.1 INSS (Art. 22 da Lei 8.212/91)	20,000%
A.2 FGTS (Art. 27 do Decreto 99.684/90)	8,000%
A.3 SESI/SESC (Lei 8.029/90 e Lei 8.036/90)	1,500%
A.4 SENAI/SENAC (Lei 8.029/90 e Decreto-Lei 6.246/44)	1,000%
A.5 SEBRAE (Lei 8.029/90 e Lei 8.154/90)	0,600%
A.6 INCRA (Lei 7.787/89 e Decreto 1.146/70)	0,200%
A.7 SALÁRIO EDUCAÇÃO (Decreto 87.043/82)	2,500%
A.8 SEGURO ACIDENTE DO TRABALHO (Lei 8.212/91 e Decreto 3.048/99) – RAT X FAP	3,000%
TOTAL - GRUPO A (%)	36,800%

2.1.6 GRUPO B – ENCARGOS SOCIAIS QUE RECEBEM INCIDÊNCIA DO GRUPO A

Para o cálculo do percentual de cada encargo em relação ao salário mensal, tanto do Grupo B quanto do Grupo C, é considerado o número anual de dias impactados por item, obtido no cálculo para a mão de obra horista, dividindo-se por 360 dias (30 dias x 12 meses).

GRUPO B – ENCARGOS SOCIAIS QUE RECEBEM A INCIDÊNCIA DO GRUPO A	
B.1 13º Salário (Art.7, VIII, CF/88)	8,330%
B.2 Férias (Incluindo 1/3) - (Art.7, XVII, CF/88)	11,110%
B.3 Auxílio Enfermidade	0,710%
B.4 Licença Paternidade	0,060%
B.5 Faltas Justificadas	0,560%
B.6 Auxílio Acidente de Trabalho	0,090%
B.7 Salário Maternidade	0,540%
TOTAL - GRUPO B	21,400%

13º Salário

Conforme disposto no Decreto nº 57.155, de 03 de novembro de 1965:

“Art. 1º O pagamento da gratificação salarial, instituída pela Lei nº 4.090, de 13 de julho de 1962, com as alterações constantes da Lei nº 4.749, de 12 de agosto de 1965, será efetuado pelo empregador até o dia 20 de dezembro de cada ano, tomando-se por base a remuneração devida nesse mês de acordo com o tempo de serviço do empregado no ano em curso.

Parágrafo único. A gratificação corresponderá a 1/12 (um doze avos) da remuneração devida em dezembro, por mês de serviço, do ano correspondente, sendo que a fração igual ou superior a 15 (quinze) dias de trabalho será havida como mês integral.”

Provisionamento mensal: 8,33% que corresponde a $1 \div 12 = 8,3333\%$.

Férias (Incluindo 1/3)

Conforme disposto no art. 129 da Consolidação das Leis do Trabalho:

“Art. 129 - Todo empregado terá direito anualmente ao gozo de um período de férias, sem prejuízo da remuneração.”

Conforme disposto no inciso XVII do art. 7º da Constituição Federal:



PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE KENNEDY

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Secretaria Municipal de Obras, Serviços Públicos e Habitação

“Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social: (...)

XVII - gozo de férias anuais remuneradas com, pelo menos, um terço a mais do que o salário normal;”

Provisionamento mensal: 11,11% que corresponde a $1 + 1/3 \div 12 = 11,11\%$.

Observações importantes:

1ª – A formação de preços deste caderno técnico, considera a vigência contratual de 12 meses, conforme previsto no art. 57 da Lei nº 8.666, de 23 de junho de 1993. Assim, a referida rubrica tem como principal objetivo suprir a necessidade, ao final do contrato de 12 meses, do pagamento das férias remuneradas, na forma prevista na Consolidação das Leis do Trabalho (art. 129). Esta rubrica, quando da prorrogação contratual, torna-se custo não renovável.

2ª - Deve ser ponderado pelo gestor no momento da composição de custos, a necessidade ou não da inclusão dessa rubrica, observada nesses casos sempre a duração do contrato. Caso seja firmado contrato com duração superior a 12 meses, sugere-se a exclusão dessa rubrica.

Auxílio Enfermidade

Esse auxílio, previsto na Lei 8.213/1991, é concedido pela Previdência Social ao trabalhador que, por motivo de doença, ficar afastado de suas atividades por período superior a 15 dias consecutivos, restando o encargo por afastamentos com duração de até quinze dias, a ser pago pelo empregador.

Foi estimado uma ausência de 5 dias de licença por ano, conforme Memorial de Cálculo do submódulo 4.1 do Estudo sobre a Composição dos Custos dos Valores Limites Serviços de Vigilância – Espírito Santo. Portanto: $\{[(5/30)/12]*1\}*100=1,3889\%$

Licença Paternidade

No inciso II do art. 1º da Lei nº 11.770, de 9 de setembro de 2008. “Art. 1º É instituído o Programa Empresa Cidadã, destinado a prorrogar: II - por 15 (quinze) dias a duração da licença-paternidade, nos termos desta Lei, além dos 5 (cinco) dias estabelecidos no § 1º do art. 10 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. (Incluído dada pela Lei nº 13.257, de 2016).”

Conforme Memorial de Cálculo do submódulo 4.1 do Estudo sobre a Composição dos Custos dos Valores Limites Serviços de Vigilância – Espírito Santo, a incidência anual para tal auxílio é de 0,0325, sendo assim: $\{[(20/30)/12]*0,0325\}*100= 0,1805\%$

Faltas Justificadas

Conforme Artigo 473 da CLT, é permitido ao empregado se ausentar do trabalho, sem perda de remuneração, nos casos de morte de cônjuge, casamento, doação de sangue, serviço militar e alistamento eleitoral. Considera-se até 1 dia por ano, conforme estudo FIA 2014/15, como segue: $\{[(1/30)/12]*1\}*100= 0,2778\%$

Auxílio-Acidente de Trabalho

Secretaria Municipal de Obras, Serviços Públicos e Habitação (SEMOBH)

Rodovia - ES 162, KM 20, Presidente Kennedy-ES, CEP 29350-000

Parque de Exposições Afonso Costalonga

Telefax: (28) 3535-1350/1393



PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE KENNEDY

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Secretaria Municipal de Obras, Serviços Públicos e Habitação

No § 2º do art. 43 da Lei 8.213, de 24 de julho de 1991.

“Art. 43 (...) § 2º Durante os primeiros quinze dias de afastamento da atividade por motivo de invalidez, caberá à empresa pagar ao segurado empregado o salário.”

Assim como no caso de ausência do empregado por enfermidade, em casos de acidentes de trabalho o empregador também arca com os custos dos primeiros quinze dias de interrupção de atividades. Estimativa de 1 (uma) licença de 15 dias por ano, com incidência anual de 0,0922, com 50% de proporção de dias afetados, gerando o seguinte encargo:

$$\{[(15/30)/12]*0,0922\}*100= 0,3841\%$$

Salário Maternidade

Às trabalhadoras seguradas pela Previdência Social é devido o pagamento de salário por um período de 120 dias. E no inciso I do art. 1º da Lei nº 11.770, de 9 de setembro de 2008

“Art. 1º É instituído o Programa Empresa Cidadã, destinado a prorrogar: I - por 60 (sessenta) dias a duração da licença-maternidade prevista no inciso XVIII do caput do art. 7º da Constituição Federal;”

Foi levado em consideração um total de 180 dias (6 meses), com incidência 0,0028, portanto:
 $\{[(6/12)*0,0028]*100\}= 0,14\%$

2.1.6 GRUPO C –ENCARGOS SOCIAIS QUE NÃO RECEBEM INCIDÊNCIA DO GRUPO A

Também para esse grupo, o número de dias de cada item, é dividido por 360 (30 dias x 12 meses).

GRUPO C – ENCARGOS SOCIAIS QUE NÃO RECEBEM INCIDÊNCIA DO GRUPO A		
C.1 Aviso Prévio Indenizado	8,250%	
C.2 Aviso Prévio Trabalhado	0,190%	
C.3 Férias Indenizadas + 1/3	4,340%	
C.4 Depósito por despedida injusta	7,580%	
C.5 Indenização Adicional	0,690%	
TOTAL - GRUPO C	21,050%	

Aviso

Prévio Indenizado

Existem duas modalidades de Aviso Prévio: o indenizado e o trabalhado. Pela não existência de dados oficiais acerca da proporção entre elas, adotou-se a razão de 90% dos casos como indenizados para a situação paradigma.

O pagamento de Aviso Prévio proporcional ao tempo de serviço, de no mínimo trinta dias, é um direito do trabalhador garantido pela Constituição e por disposições da CLT. A Lei 12.506/2011 garante o acréscimo de três dias ao aviso prévio a cada ano de serviço prestado (além do primeiro), até um máximo de 60 dias, o que atingiria um total de 90 dias (30+60).

Devido aos dados disponibilizados pelo Ministério do Trabalho e Emprego, por meio do CAGED, apresentar uma Taxa de Rotatividade Anual Descontada (excluem-se as



PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE KENNEDY

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Secretaria Municipal de Obras, Serviços Públicos e Habitação

transferências, aposentadorias, falecimentos e desligamentos voluntários) para o Espírito Santo de 646,24% (2018) e uma proporção de dispensados sem justa causa de 123,36 %.

$$(33 \text{ dias} \times 0,90) \div 360 = 8,25 \%$$

Aviso Prévio Trabalhado

O cálculo deste encargo toma por base o custo equivalente a 7 dias de trabalho de acordo com a Lei. Levam-se em conta os 10% resultantes da adoção de 90% para Avisos Prévios Indenizados, procedendo-se ao seguinte cálculo:

$$(7 \text{ dias} \times 0,10) \div 360 = 0,19 \%$$

Férias Indenizadas + 1/3

Trata-se de indenização proporcional aos 8,47 meses finais do contrato de trabalho (duração média de 20,47 meses), uma vez que o encargo gerado pelos primeiros 12 meses de contrato já foi tratado no Grupo B. O cálculo é similar ao realizado para as férias gozadas no Grupo B, alterando apenas o período de referência.

De acordo com o Artigo 146 da CLT, na cessação do contrato de trabalho, após 12 meses de serviço, o empregado, desde que não tenha sido demitido por justa causa, tem direito à remuneração relativa ao período incompleto de férias, de acordo com o Artigo 130, na proporção de um doze avos por mês de serviço ou fração superior a 14 dias. Portanto, devem ser considerados 8 meses para o cálculo desta indenização.

$$((30 \text{ dias} + 10 \text{ dias}) \times (8 \div 20,47)) \div 360 = 4,34 \%$$

Depósito por Despedida Injusta

A Constituição garante ao trabalhador o pagamento adicional de 40% de todos os depósitos realizados no FGTS durante o contrato de trabalho, quando demitido sem justa causa. A Lei Complementar 110/2001 instituiu o pagamento de 10% adicional ao encargo, arcando o empregador com o total de 50% de todos os depósitos realizados na conta do FGTS do trabalhador. Cabe ressaltar que os depósitos do FGTS também são efetuados sobre o 13º salário, o adicional de 1/3 de férias e o aviso prévio trabalhado.

São utilizados para o cálculo deste encargo, incidência de 8% do FGTS e a multa de 50%, conforme o seguinte cálculo:

$$\{ (360 \text{ dias} + 30 \text{ dias} + 10 \text{ dias}) \times (20,47 \div 12) \times 8\% \times 50\% \} \div 360 = 7,58 \%$$

Indenização Adicional

De acordo com a Lei 7.238/1984 o empregado dispensado sem justa causa no período de 30 dias que antecede a data de sua correção salarial (dissídio coletivo) tem direito a indenização equivalente a um salário mensal. Por não ter sido encontrada estatística acerca dessa ocorrência, adota-se conservadoramente que 1/12 (8,33%) dos trabalhadores demitidos sejam dispensados nestas condições. Portanto, calcula-se da seguinte forma o encargo:

$$(8,33\% \times 30 \text{ dias}) \div 360 = 0,69 \%$$

2.1.7 GRUPO D – REINCIDÊNCIA DOS ENCARGOS BÁSICOS

Grupo D trata da reincidência de um encargo, ou grupo de encargos, sobre outros.

Secretaria Municipal de Obras, Serviços Públicos e Habitação (SEMOBH)

Rodovia - ES 162, KM 20, Presidente Kennedy-ES, CEP 29350-000

Parque de Exposições Afonso Costalonga

Telefax: (28) 3535-1350/1393



PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE KENNEDY

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Secretaria Municipal de Obras, Serviços Públicos e Habitação

GRUPO D – REINCIDÊNCIA DOS ENCARGOS SOCIAIS BÁSICOS	
D.1 Reincidência de A sobre B	5,990%
D.2 Reincidência de A sobre Aviso Prévio Trabalhado + Reincidência FGTS sobre Aviso Prévio Indenizado	0,720%
TOTAL - GRUPO D	6,710%

Reincidência do Grupo A sobre o Grupo B

Esta reincidência decorre do fato de que sobre todos os pagamentos realizados referentes aos itens do Grupo B incidem os encargos do Grupo A (origem legal). Assim:

$$36,80\% \times 16,28\% = 5,99\%$$

Reincidência sobre Aviso Prévio

Por sua vez, sobre o Aviso Prévio Indenizado deve incidir o depósito do FGTS, e sobre o Aviso Prévio Trabalhado incidem os encargos do Grupo A, da seguinte forma:

$$(8,25\% \times 8\%) + (0,19\% \times 36,8\%) = 0,72\%$$

2.1.8 GRUPO E – ENCARGOS COMPLEMENTARES

Os Encargos Complementares são custos associados à mão de obra como alimentação, transporte, seguros de vida, cuja obrigação de pagamento decorre das convenções coletivas de trabalho e de normas que regulamentam a prática profissional. Os valores decorrentes dessas obrigações não variam proporcionalmente aos salários. Para esta composição de custos foram consideradas as informações constantes No **TERMO ADITIVO DA CONVENÇÃO COLETIVA 2021/2021 DO SINDICATO DAS EMPRESA DE SEGURANÇA PRIVADA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO E SIND. DOS EMPREG DE EMP DE SEG E VIG DO EST DO ESP SANTO**, com número de registro no MTE: ES000027/2021.

Ticket Alimentação

Valor diário: previsto na cláusula quinta do TA:

“CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO TÍQUETE ALIMENTAÇÃO

As partes estabelecem que o tíquete alimentação terá o valor individual e nominal de R\$ 34,34 (trinta e quatro reais e trinta e quatro centavos) para o período de 01.01.2020 a 31.12.2020 e para o período de 01.01.2021 a 31.12.2021 o valor do tíquete será reajustado pelo índice do INPC acumulado no período de 01.01.2020 a 31.12.2020 mais ganho real de 50% do índice do INPC e as empresas somente poderão contratar o benefício por modalidade “alimentação”, ou seja, o benefício não poderá ser na modalidade tíquete refeição e será fornecido por dia de trabalho, independente da jornada diária de trabalho

Dias trabalhados: consideram-se os dias efetivos da jornada de trabalho. Exemplo: 15 (quinze) dias para jornada 12x36.

Valor: valor mensal que o empregado recebe de vale alimentação.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE KENNEDY

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Secretaria Municipal de Obras, Serviços Públicos e Habitação

Exemplo: $34,34 \times 15 = 515,10$.

Desconto do Vale Alimentação

Base de Cálculo: Valor mensal do benefício.

Percentual: previsto no parágrafo quarto da cláusula décima quarta do TA:

“CLÁUSULA QUINTA - DO TÍQUETE ALIMENTAÇÃO

(...) Parágrafo 4º. Em razão do fornecimento do tíquete alimentação as empresas poderão descontar o percentual fixado no PAT (Programa de Alimentação ao Trabalhador), previsto na Lei nº 6.321/76, até o limite de 10% (dez por cento). ”

Valor do desconto: Base de Cálculo x Percentual.

Exemplo: $476,25 \times 10\% = 51,51$.

Auxílio Transporte

As empresas abrangidas por este instrumento Coletivo de Trabalho fornecerão, antecipadamente com desconto de até no máximo 6% (seis por cento) do salário-base do trabalhador, o vale-transporte, em número suficiente ao seu deslocamento de casa para o trabalho e do trabalho para casa, pela quantidade de dias a serem efetivamente trabalhados durante um mês.

No caso do município de Presidente Kennedy o transporte municipal se dá de forma gratuita a população, por meio do Transkennedy.

Plano de Saúde

O Plano de Saúde vem previsto no parágrafo 1º da cláusula décima sexta da CCT:

“CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO PLANO DE SAÚDE

(...) Parágrafo 2º. O empregador custeará a quantia de R\$ 70,89 (setenta reais e oitenta e nove centavos) por empregado que desejar aderir ao plano de saúde empresarial coletivo, quer na modalidade ambulatorial, quer em outra modalidade de maior cobertura.”

Assistência Odontológica

Assistência Odontológica vem prevista na cláusula décima sétima da CCT:

“CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA ASSISTÊNCIA ODONTOLÓGICA

Por esta cláusula fica convencionado que todas as empresas custearão a quantia de R\$ 12,00 (doze reais), por empregado, a título de custeio de plano odontológico, que deverá ser obrigatoriamente regulamentado, sem restrições e devidamente registrado no CRO/ES – Conselho Regional de Odontologia do Espírito Santo e na ANS – Agência Nacional de Saúde Suplementar.”

Auxílio Familiar ao Trabalhador



PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE KENNEDY

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Secretaria Municipal de Obras, Serviços Públicos e Habitação

O Auxílio Familiar está previsto no parágrafo 1º da cláusula vigésima da CCT:

CLÁUSULA VIGÉSIMA - DO AUXÍLIO FAMILIAR AO TRABALHADOR

(...)

Parágrafo 1º. As empresas abrangidas pelo instrumento coletivo recolherão compulsoriamente à empresa gestora contratada, aprovada pelas entidades convenentes, o valor de R\$ 14,00 (quatorze reais) por trabalhador que possua, a título de contribuição para Auxílio Familiar ao Trabalhador, até o dia 10 (dez) de cada mês, por meio de boleto disponibilizado pela gestora contratada pelo sindicato patronal com anuência do sindicato laboral.

2.1.9 GRUPO F – INSUMOS

Os Insumos são custos associados à mão de obra a fim de garantir o desenvolvimento das atividades conforme necessidade do município, como insumos temos: os equipamentos a serem utilizados, exames médicos ocupacionais previstos.

Nos casos dos insumos que não possuem consumo mensal do trabalhador foi realizado o valor referencial mensal correspondente a 12 meses de contrato. Os cálculos e proporções estão especificadas nas abas das planilhas conforme nomenclatura que recebe a inicial “ORÇ”. Os mesmos estão referenciados na planilha de composição de custos fazendo correlação a aba de orçamento específica.

Exames Médicos

Para os exames médicos obrigatórios de acordo com a NR 7, foi utilizado dimensionamento apenas para estimativa de gastos que poderá ter o contrato, porém cabe ao médico do trabalho da empresa na elaboração do PCMSO (NR7) determinar os exames a serem realizados, tendo em vista que o dimensionamento dos riscos e consequentemente os exames somente são verificados com a execução das atividades. A cotação destes exames foi recebida de fornecedores da região.

Treinamentos e Palestras

Considerando o Ofício 01447/2020-5 expedido pelo Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo dando ciência quanto ao Acórdão 01341/2019-2, quanto a determinação disposta no item 11.1, em que determina que a Administração Pública Municipal abstenha-se de incluir os itens “Treinamentos/ Capacitação e Reserva Técnica” em editais futuros de contratação de empresa especializada em fornecimento de mão de obra especializada, a fim de que os custos da contratação sejam corretamente dimensionados pelo poder público, como exposto no item 2.2 da ITC, não foram incluídos valores referente a Treinamentos.

2.1.10 GRUPO G – LUCRO E DESPESAS INDIRETAS

É a parcela destinada à remuneração da empresa pelo desenvolvimento de sua atividade econômica. Em conjunto com as Despesas Indiretas formam o BDI (Bonificação e Despesas Indiretas, também chamado de LDI - Lucro e Despesas Indiretas).

GRUPO G - LUCRO E DESPESAS INDIRETAS (LDI)	
Despesas Administrativas/Operacionais	5,00%
Lucro	10,00%
TOTAL – DESPESAS ADMINISTRATIVAS/OPERACIONAIS + LUCRO	15,000%

Parque de Exposições Afonso Costa e Silva

Telefax: (28) 3535-1350/1393



PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE KENNEDY
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Secretaria Municipal de Obras, Serviços Públicos e Habitação

Foi considerado como referencial de preço para determinação das Despesas Administrativas/Operacionais e Lucro o Acórdão 2.369/2011-TCU Plenário.

Referência	Administração Central		Seguro		Garantia		Risco		Despesa Financeira		Lucro	
	Mín	Máx	Mín	Máx	Mín	Máx	Mín	Máx	Mín	Máx	Mín	Máx
Acórdão 2.369/2011-TCU-Plenário	2,00%	10,00%	0,00%	0,81%	0,00%	0,42%	0,35%	1,17%	0,50%	1,50%	5,00%	11,70%

2.1.11 GRUPO F – TRIBUTAÇÃO SOBRE O FATURAMENTO

O Imposto sobre serviços de qualquer natureza, de competência dos Municípios e do Distrito Federal, tem como fator gerador a prestação de serviços constantes da lista anexa à Lei Complementar 116/2003, ainda que esses não se constituam como atividade preponderante do prestador.

A alíquota máxima de incidência do ISS foi fixada em 5% pelo art. 8º, II, da Lei Complementar 116/2003.

Juntamente a COFINS, também é cobrado o PIS (Programas de Integração Social). Por isso, normalmente os dois impostos são mencionados como PIS/COFINS – como se fossem um tributo só. Mas mesmo recaído sobre a mesma base de cálculo, se tratam de duas alíquotas diferentes, que apenas são somadas no momento do recolhimento e pagas ao mesmo tempo. Enquanto a COFINS é destinada a seguridade social, o PIS financia programas de integração social do empregado. **A alíquota da COFINS cumulativa é de 3% – além dos 0,65% do PIS.**

GRUPO F – TRIBUTAÇÃO SOBRE O FATURAMENTO	
ISSQN ou ISS	5,00%
COFINS	3,00%
PIS	0,65%
TOTAL – TRIBUTAÇÃO	8,650%
Considerando que o fator é aplicado sobre os custos (diretos e indiretos) acrescidos da remuneração da empresa, deve o mesmo ser calculado de forma que represente uma alíquota que aplicada sobre estes, seja equivalente a 8,65% sobre o valor da venda (ou valor da fatura). Tal cálculo se obtém conforme fórmula: $FATOR = 1/1-0,0865 = 1/0,9135 = 1,0947$	

ANEXO III – PLANILHA DE CUSTOS ESTIMADOS DO OBJETO DO EDITAL

ANEXO IV – COPIA DA CONVENÇÃO COLETIVA